



Encerramos o ano de 2011 com 336 lojas e área de vendas equivalente a 346,4 mil m², presentes em todos os Estados do país, que oferecem à mulher brasileira moda de qualidade e a melhor relação custo-benefício do varejo. Nosso modelo de lojas multi-formato - Marisa Ampliada, Marisa Feminina e Marisa Lingerie - distribuídas de forma equilibrada entre lojas de rua e de shopping, tem se mostrado uma estratégia vencedora que nos confere grande flexibilidade de crescimento. E, acima de tudo, nosso modelo de negócios está totalmente alinhado às características do nosso público alvo, a classe C, cujo crescimento é, a despeito de oscilações de curto prazo, uma tendência estrutural de longo prazo no Brasil. Temos muito orgulho de ter construído nossas 63 anos de história - felizmente marcados por mais acertos do que erros - um ativo muito valioso. A Marisa é hoje uma plataforma única de distribuição no varejo para a classe C no Brasil, com intensa capilaridade, penetração e reconhecimento de marca. E isso, na nossa visão, tem um valor estratégico enorme que proporciona inúmeras oportunidades de geração de valor para nossos acionistas. Do ponto de vista de desempenho, 2011 foi um ano desafiador, particularmente o segundo semestre quando observamos uma contínua desaceleração do crescimento de nossas vendas. Acreditamos que o cenário de desaceleração da economia brasileira somado à pressão inflacionária de alimentos e serviços tenha afetado de forma bastante direta a classe C. Frente a essa desaceleração, com intuito de fomentar nossas vendas, optamos no 4T11 por uma estratégia comercial agressiva, que incluiu atuamos de forma promocional, com preços ainda mais atraentes ao cliente e comunicação forte na mídia. Infelizmente os resultados ficaram abaixo de nossas expectativas, e tendo em vista a relevância relativa do 4T11 na composição do resultado do ano, acabaram impactando o desempenho do ano de forma significativa. O ano de 2011 também foi marcado pela definição de importantes iniciativas estratégicas para a Marisa, cuja implementação já começou. Crescimento faz parte de nosso DNA, e vamos continuar focados em crescimento, que virá através de dois caminhos: • Primeiro, pela via que temos trilhado muito claramente nos últimos anos, abrindo novas lojas. Para 2012, já temos 21 lojas contratadas, com área de vendas de aproximadamente 22 mil m². Mas não vamos parar por aí. Atualmente nosso plano contempla a abertura de 33 novas lojas em 2012, cujas oportunidades de expansão já estão mapeadas. E lembrando: ótimas oportunidades são sempre bem vindas! • Segundo, estamos trabalhando firme na implementação do projeto "Mais por m²". O aumento da produtividade do nosso portfólio de lojas é uma importante vertente de crescimento, inclusive de melhor qualidade, pois envolve menor risco e cujos benefícios alcançam diretamente nosso desempenho. Estamos animados com as iniciativas do "Mais por m²", que estão associadas principalmente à readequação do nosso sortimento de produtos e introdução de novas categorias, como calçados. Nosso crescimento deve vir acompanhado de eficiência. Anunciamos em dezembro de 2011 os principais pilares de nosso Plano de Eficiência, cujo objetivo é bastante claro: queremos maximizar a eficiência de nossa estrutura administrativa, nos beneficiando de ganhos de escala e consequente diluição de despesas fixas à medida que crescemos. Gostaria de finalizar com uma mensagem positiva em relação ao nosso negócio. A despeito de oscilações econômicas de curto prazo, temos convicção no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, sobretudo o contínuo crescimento da classe C. Acreditamos no modelo de negócios da Marisa e principalmente na nossa capacidade de gestão. Essa é uma combinação vencedora, que gerará valor de forma sustentável para a sociedade e para nossos acionistas.

Marcio Goldfarb - Presidente

São Paulo, 8 de março de 2012 - A Marisa Lojas S.A. (denominada "Marisa" ou "Companhia") - (BM&FBOVESPA: AMAR3), maior varejista de moda feminina e íntima do Brasil com foco na Classe C, anuncia hoje os resultados do 4º trimestre e do ano de 2011 (4T11 e 2011). As informações da Companhia, exceto quando indicado, têm como base números consolidados, em milhões de reais, conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

PRINCIPAIS DESTAQUES						
<ul style="list-style-type: none"> Abertura de 59 novas lojas em 2011, atingindo 336 lojas com presença em todos os estados do país; • Crescimento de 50,9 mil m² na área de vendas, atingindo 346,4 mil m² no 4T11, um crescimento de 17,2% no ano; • Crescimento de 18,0% na receita líquida em 2011, tendo atingido R\$2,5 bilhões; • EBITDA de 2011 atingiu R\$392,6 milhões, com margem de 19,7% em relação à receita líquida do varejo; • Perspectivas positivas para 2012: plano de abertura de 33 novas lojas, implementação do projeto "Mais por m²" para maximizar produtividade da nossa área de vendas e do "Plano de Eficiência" para diluição de despesas de vendas, gerais e administrativas (SG&A). 						

Destques Operacionais e Financeiros						
(R\$ mm, exceto dados operacionais)	4T11	4T10	% Var.	2011	2010	% Var.
Destques Operacionais						
Número Total de Lojas - final do período	336	277	21,3%	336	277	21,3%
Área de Vendas (1000 m ²) - final do período	346,4	295,5	17,2%	346,4	295,5	17,2%
Área de Vendas (1000 m ²) - média do período	331,7	279,4	18,7%	321,0	272,7	17,7%
Crescimento Receita Líquida - Mesmas Lojas (1)	2,3%	8,8%	-	7,3%	13,2%	-
Cartão Private Label (2)						
Contas aptas (mil contas)	7.992,6	7.156,0	11,7%	7.992,6	7.156,0	11,7%
Contas ativas (mil contas)	2.179,3	2.375,0	(8,2%)	2.179,3	2.375,0	(8,2%)
Cartão Co-Branded (2)						
Contas aptas (mil contas)	871,4	976,5	(10,8%)	871,4	976,5	(10,8%)
Contas ativas (mil contas)	617,0	539,5	14,4%	617,0	539,5	14,4%
Destques Financeiros Consolidados						
Receita Líquida	765,2	707,3	8,2%	2.450,3	2.075,7	18,0%
Resultado Operacional (EBITDA)	109,3	148,6	(26,5%)	392,6	383,5	2,4%
Varejo	82,9	111,7	(25,8%)	260,8	262,2	(0,5%)
Cartões Marisa	21,8	34,3	(36,4%)	113,9	114,2	(0,3%)
SAX	4,6	2,7	69,9%	17,9	7,1	152,6%
Margem EBITDA / Receita Líquida	14,3%	21,0%	(31,6%)	16,0%	18,5%	(12,4%)
Margem EBITDA / Receita Líquida Varejo	16,8%	24,7%	(31,6%)	19,7%	22,5%	(12,4%)
Margem Líquida	36,3	87,6	(58,6%)	177,5	208,7	(14,9%)

Notas: 1) Lojas que têm mais de 13 meses de operação. 2) Contas Apts: número total de CPFs registrados, excluídos os cancelados e bloqueados. No caso do Private Label, Contas Ativas são aquelas que realizaram compras na Marisa nos últimos seis meses. No caso do Co-Branded, Contas Ativas são aquelas que possuem saldo devedor no mês. Em média cada Conta Apta do Private Label contém 1,33 cartões (considerando o titular mais cartões adicionais), e 1,16 no caso do Co-Branded.

VAREJO						
Destques Financeiros Varejo						
(R\$ mm)	4T11	4T10	% Var.	2011	2010	% Var.
Resultado Operacional Varejo						
Crescimento Receita Líquida Mesmas Lojas	2,3%	8,8%	-	7,3%	13,2%	-
Receita Líquida	651,1	601,0	8,3%	1.990,3	1.702,8	16,9%
Custo de Mercadorias	(322,4)	(279,1)	15,5%	(958,3)	(807,5)	18,7%
Lucro Bruto	328,7	321,9	2,1%	1.032,0	895,3	15,3%
Despesa com Vendas	(220,2)	(177,9)	23,7%	(690,0)	(535,3)	28,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(35,4)	(37,6)	(5,9%)	(118,6)	(105,4)	12,5%
Outras Recetas (Despesas) Operacionais	9,7	5,3	84,8%	37,4	7,7	384,4%
Resultado Operacional (EBITDA)	82,9	111,7	(25,8%)	260,8	262,2	(0,5%)
Margens Operacionais						
Receita Líquida	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%	-
Custo de Mercadorias	(49,5%)	(46,4%)	-	(48,1%)	(47,4%)	-
Lucro Bruto	50,5%	53,6%	-	51,9%	52,6%	-
Despesa com Vendas	(33,8%)	(29,6%)	-	(34,7%)	(31,4%)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(5,4%)	(6,3%)	-	(6,0%)	(6,2%)	-
Outras Recetas (Despesas) Operacionais	1,5%	0,9%	-	1,9%	0,5%	-
Resultado Operacional (EBITDA)	12,7%	18,6%	-	13,1%	15,4%	-

Receita Líquida: a receita líquida cresceu 8,3% no 4T11 em comparação com o 4T10, tendo atingido R\$651,1 milhões. No conceito mesmas lojas, a receita líquida apresentou crescimento de 2,3% no 4T11, acompanhando a desaceleração observada ao longo do ano. Entendemos que esse desempenho tenha sido causado principalmente por: (i) **Fatores Macroeconômicos:** o agravamento da crise econômica mundial e seu consequente impacto na economia brasileira ao longo de 2011 afetou de forma significativa nosso desempenho no trimestre. Em particular, o cenário de desaceleração da economia somado à pressão inflacionária de alimentos e serviços atingiu de forma bastante direta nosso principal cliente-alvo, a classe C, cuja renda disponível para consumo é limitada. Adicionalmente, o setor de varejo sofreu com a competição de "novos" segmentos de consumo, como o de lazer e viagens. Por fim, as medidas de incentivo ao consumo implementadas pelo governo privilegiaram outros segmentos do setor varejista, como o de linha branca. Como consequência, observamos desempenho pior das nossas lojas de rua em relação às nossas lojas de shopping, bem como das lojas localizadas nas regiões norte e nordeste em relação às demais regiões, tendo em vista a maior concentração de clientes da classe C nas lojas desses grupos. (ii) **Fatores Internos:** frente à desaceleração do nosso crescimento, e com objetivo de fomentar o fluxo de clientes em nossas lojas e incentivar a venda, optamos por uma estratégia comercial agressiva, que incluiu aumento de forma promocional nos preços e atuação mais atrativa na comunicação na mídia. Nesse cenário, o total de 34 lojas abertas no 4T11 uma readequação de nosso estoque de mercadorias. Este processo ocasionou desequilíbrios entre algumas categorias de produtos e entre lojas, o que impactou negativamente nossas vendas. (iii) Estratégia de Crescimento: o desempenho das vendas sofreu também impacto de canalização que algumas de nossas novas lojas proporcionam em lojas existentes. Esse efeito é atenuado e levado em consideração em nossas análises de retorno e aprovação de novas lojas, e tem impacto temporário de curto-prazo. Por isso, seguimos confiantes em nossa estratégia de crescimento de longo prazo. No acumulado do ano, a receita líquida cresceu 16,9% em 2011 em relação a 2010, tendo atingido R\$1.990,3 milhões. Esse crescimento é explicado principalmente pela abertura de 59 novas lojas (50,9 mil m² de área de vendas) durante o ano de 2011, sendo que dessas, 34 lojas foram abertas no 4T11.

Custo de Mercadorias: o custo de mercadorias subiu 15,5% no 4T11 em comparação com o 4T10, tendo atingido R\$322,4 milhões. Esse aumento é explicado principalmente pelo maior volume de vendas, mix de produtos de maior valor agregado, além da inflação observada no setor de confecção. No acumulado do ano, o custo de mercadorias cresceu 18,7% em relação a 2010, tendo atingido R\$958,3 milhões em 2011.

Lucro Bruto: o lucro bruto cresceu 2,1% no 4T11 em relação ao 4T10, tendo atingido R\$328,7 milhões. A margem bruta, entretanto, caiu 3,1 p.p. Essa queda é explicada principalmente pela estratégia comercial agressiva mencionada acima, que incluiu atuamos de forma promocional no 4T11 com vistas a incentivar a venda. Adicionalmente, do total de 34 lojas abertas no 4T11, 17 lojas foram inauguradas no mês de dezembro, sendo que dessas, uma parte significativa foi aberta na segunda quinzena do mês, em função da inauguração tardia de novos shoppings. Com isso, essas lojas foram inauguradas com mercadoria cujos preços já haviam sido remarcados, o que limitou o potencial de receita das novas lojas e afetou as margens. No acumulado do ano, o lucro bruto cresceu 15,3% em relação a 2010, tendo atingido R\$1.032,0 milhões. A margem bruta caiu 0,7 p.p. na comparação com 2010, tendo atingido 51,9%.

Despesas com Vendas: as despesas com vendas cresceram 23,7% no 4T11, tendo atingido R\$220,2 milhões. Analisando as despesas com vendas como percentual da receita líquida, houve um aumento de 4,2 p.p. no 4T11 em relação ao 4T10, tendo atingido 33,8%. Esse aumento é explicado principalmente pelas despesas relacionadas à abertura de 59 lojas em 2011, das quais 34 no 4T11 e 17 no mês de dezembro, que geram maiores despesas com abertura de lojas, propaganda e marketing, além das despesas operacionais que sofrem menor diluição nos primeiros anos de operação tendo em vista a curva esperada de maturação das novas lojas. Parte do aumento das despesas com vendas é explicado pela nossa estratégia comercial mais agressiva no 4T11, que contemplou fortes investimentos em propaganda e marketing, particularmente veiculações mais frequentes em televisão já a partir do mês de outubro que se estenderam até dezembro. No acumulado do ano, as despesas com vendas cresceram 28,9% em relação a 2010, tendo atingido R\$690,0 milhões em 2011. As despesas com vendas como percentual da receita líquida cresceram 3,2 p.p. na comparação com 2010, tendo atingido 34,7% da receita líquida em 2011.

Despesas Gerais e Administrativas: as despesas gerais e administrativas caíram 5,9% no 4T11 em relação ao 4T10, atingindo R\$35,4 milhões. Analisando as despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida, houve um decréscimo de 0,8 p.p. no 4T11, tendo atingido 5,4%. Essa queda é atribuída principalmente à redução com despesas de pessoal, serviços de terceiros e de escritório. Vale lembrar que as despesas gerais e administrativas no 4T11 foram impactadas por aproximadamente R\$3,3 milhões de despesas incrementais relacionadas a encargos e indenizações referentes à redução do quadro de funcionários anunciada no final de 2011, no contexto de nosso Plano de Eficiência. No acumulado do ano, as despesas gerais e administrativas cresceram 12,5% em relação a 2010, tendo atingido R\$118,6 milhões em 2011. As despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida caíram 0,2 p.p. na comparação com 2010, tendo atingido 6,0% da receita líquida em 2011, praticamente em linha com 2010.

Outras Recetas (Despesas) Operacionais: as outras recetas operacionais atingiram R\$9,7 milhões no 4T11. Analisando essa linha como percentual da receita líquida, houve um acréscimo de 0,6 p.p. no 4T11 em relação ao 4T10, tendo atingido 1,5% da receita líquida. No acumulado do ano, as outras recetas operacionais atingiram R\$37,4 milhões. Analisando essa linha como percentual da receita líquida, houve um aumento de 1,4 p.p. em 2011 em relação a 2010, tendo atingido 1,9%. Os principais itens que compõe esse montante estão relacionados à recuperação de créditos tributários e reversão de provisões para contingências.

Resultado Operacional (EBITDA): o resultado operacional caiu 25,8% no 4T11 relativamente ao 4T10, atingindo R\$82,9 milhões. A margem de EBITDA caiu 5,8 p.p. no 4T11, tendo atingido 12,7%. Essa queda é resultado da combinação dos fatores explicados anteriormente. No acumulado do ano, o EBITDA atingiu R\$392,6 milhões, uma queda de 0,5% relativamente ao ano de 2010. A margem de EBITDA apresentou uma queda de 2,3 p.p. em 2011 em relação a 2010, tendo atingido 13,1% da receita líquida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)						
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	438.061	307.354	641.294	521.688	
Títulos e valores mobiliários	8	360	18.954	360	18.952	
Contas a receber de clientes	9	320.272	311.587	682.365	534.538	
Estoque	11	281.230	232.016	281.391	232.016	
Partes relacionadas	14	1.915	3.451	-	-	
Tributos a recuperar	12	74.489	37.208	80.891	44.343	
Outros créditos		8.400	8.395	21.166	16.333	
Total do ativo circulante		1.124.727	918.965	1.707.467	1.467.507	
Não Circulante						
Capital social e contribuição social diferidos	13.a)	30.383	23.678	83.328	72.977	
Tributos a recuperar	12	34.642	42.005	34.642	42.005	
Depósitos judiciais	23	30.814	27.995	36.659	39.817	
Títulos e valores mobiliários	8	5.464	4.667	5.980	5.069	
Partes relacionadas	14	6.015	161	1.280	1.280	
Investimentos	15	500.779	443.960	-	-	
Outros investimentos		-	2	-	2	
Imobilizado	16	440.517	327.915	465.311	347.448	
Intangível	17	94.808	81.206	98.212	85.024	
Total do ativo não circulante		1.143.422	951.589	725.132	593.622	
Total do Ativo		2.268.149	1.870.554	2.432.599	2.061.292	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores					
Fornecedores	18	170.387	203.085	178.443	207.869
Empréstimos e financiamentos	19	238.458	461.861	297.455	509.902
Salários, provisões e contribuições sociais	20	37.937	40.767	40.982	43.784
Tributos a recolher	21	87.371	128.693	105.630	141.803
Partes relacionadas	14	58.424	11.303	4.770	4.731
Parcelamento de tributos	24	13.204	8.254	13.723	8.552
Dividendo a pagar	35	12.941	11.087	13.130	11.162
Aluguéis e juros sobre o capital próprio a pagar	14	31.576	13.034	31.576	13.623
Receita diferida	22	-	-	12.000	12.000
Outros obrigações		24.867	19.810	43.387	29.315
Total do passivo circulante		675.165	897.894	741.096	982.640
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	681.023	67.887	687.017	68.047
Provisão para litígios e demandas judiciais	23	31.825	40.097	53.350	61.125
Parcelamento de tributos	24	22.371	41.639	22.371	43.435
Receita diferida	22	-	-	71.000	83.000
Total do passivo não circulante		735.219	149.623	833.738	255.607
Patrimônio Líquido					
Capital social	25.a)	651.106	651.106	651.106	651.106
Reservas de lucros		206.659	171.931	206.659	171.931
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		857.765	823.037	857.765	823.037
Participação não controladores		-	-	-	8
Total do patrimônio líquido		857.765	823.037	857.765	823.045
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.268.149	1.870.554	2.432.599	2.061.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mensagem da Administração

CARTÕES MARISA

Base de Contas ¹					
Base de Contas (mil contas)	Private Label		Co-Branded		Total
	Aptas	Ativas	Aptas	Ativas	Aptas
1110	6.272,9	2.252,4	720,9	354,5	6.993,8
2110	6.491,6	2.064,7	822,1	409,0	7.353,7
3110	6.723,8	2.183,9	818,3	477,1	7.542,1
4110	7.156,0	2.375,0	976,5	539,5	8.132,5
1111	7.199,9	2.323,2	1.068,2	534,5	8.268,1
2111	7.471,3	2.121,3	1.189,2	577,6	8.660,5
3111	7.654,6	2.051,3	949,2	586,4	8.603,8
4111	7.992,6	2.179,3	871,4	617,0	8.864,0

Nota: 1) Contas Apts: número total de CPFs registrados, excluídos os cancelados e bloqueados. No caso do Private Label, Contas Ativas são aquelas que realizaram compras na Marisa nos últimos seis meses. No caso do Co-Branded, Contas Ativas são aquelas que possuem saldo devedor no mês. Em média cada Conta Apta do Private Label contém 1,33 cartões (considerando o titular mais cartões adicionais), e 1,16 no caso do Co-Branded.

Base de Contas - Private Label: ao final do 4T11, atingimos a marca de 7,99 milhões de contas aptas e 2,18 milhões de contas ativas. Isso representa um crescimento de 11,7% no número de contas aptas, entretanto uma queda de 8,2% no número de contas ativas em comparação ao 4T10. A redução do número de contas ativas é principalmente reflexo da desaceleração da atividade de varejo, agravada ainda pela menor demanda por crédito por parte do nosso cliente, que se mostrou mais cauteloso no contexto do desaceleração da economia somado à pressão inflacionária descrita anteriormente. Adicionalmente, a maior penetração de outras modalidades de pagamento no total de vendas da Companhia - participação de outros cartões de débito/crédito ou dinheiro aumentou de 50,4% das vendas no 4T10 para 55,4% das vendas no 4T11 - também contribuiu para a queda no número de contas aptas. Por fim, vale lembrar que existe um movimento de migração de contas do Private Label para o Co-Branded.

Base de Contas - Co-Branded: ao final do 4T11, atingimos a marca de 871,4 mil contas aptas e 617,0 mil contas ativas. Isso representa uma queda de 10,8% no número de contas aptas e um crescimento de 14,4% no número de contas ativas em comparação ao 4T10. A queda do número de contas aptas reflete o expurgo mensal da base de cartões, adotada como política regular a partir de agosto de 2011, e cujo critério é a não utilização do cartão pelo menos uma vez em um prazo de 12 meses. O aumento do número de contas ativas é reflexo do crescimento mais acentuado da base de cartões Co-Branded, sendo uma operação relativamente recente e ainda em fase de maturação. Adicionalmente, o cartão Co-Branded é utilizado em outros estabelecimentos comerciais, inclusive com perfil de consumo menos discriminatório, como supermercados, por exemplo, que sofreram menor desaceleração.

Vendas Através dos Cartões Marisa

Meios de Pagamento - das Vendas Totais				
(%)	Private Label	Co-Branded	Outros Meios de Pagamento	
1T10	48,1%	3,5%	48	

continuação...



MARISA LOJAS S.A.

CNPJ nº 61.189.288/0001-89

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÃOS DO PATRIMÍNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucros				Atribuído aos acionistas controladores	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota aplicativa	Capital social	Legal	Retenção			
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	650.642	4.934	64.234	630	720.440	-	720.440
Aumento de capital em 05 de março de 2010	464	-	-	-	464	464	464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	208.671	208.671	4	208.675
Plano de opção de compra de ações	25(f)	-	-	13	13	-	13
Participação não controladores	-	-	-	-	-	4	4
Dividendos distribuídos	25(e)	-	(51.269)	-	(51.269)	-	(51.269)
Destinação do resultado: Reserva legal	25(d)	-	10.434	-	(10.434)	-	-
Dividendos propostos (R\$0,0706 por ação)	25(e)	-	-	-	(13.034)	(13.034)	(13.034)
Juros sobre o capital próprio distribuídos (R\$0,2289 por ação)	25(e)	-	-	-	(42.248)	(42.248)	(42.248)
Reserva de retenção de lucros	25(c)	-	142.955	-	(142.955)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	651.106	15.368	156.920	643	823.037	8	823.045
Lucro líquido do período	-	-	-	177.493	177.493	-	177.493
Plano de opção de compra de ações	25(f)	-	-	1.156	1.156	-	1.156
Dividendos distribuídos	-	-	(100.000)	-	(100.000)	-	(100.000)
Participação não controladores	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Destinação do resultado: Reserva legal	25(d)	-	8.875	-	(8.875)	-	-
Dividendos propostos (R\$0,12797 por ação)	25(e)	-	-	-	(31.576)	(31.576)	(31.576)
Juros sobre o capital próprio distribuídos (R\$0,0690 por ação)	25(e)	-	-	-	(12.345)	(12.345)	(12.345)
Reserva de retenção de lucros	25(c)	-	124.697	-	(124.697)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	651.106	24.243	180.617	1.799	857.765	-	857.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

A Marisa Lojas S.A. ("Companhia" ou "Marisa"), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 29 de abril de 1995, é uma Companhia de capital aberto e está inscrita no CNPJ nº 61.189.288/0001-89. A BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código de negociação AMAR3. O controle da Companhia é exercido por um grupo de acionistas domiciliados no País, conforme nota explicativa nº 25. A Companhia atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros produtos de lojas de departamentos, além da importação de mercadorias e da venda de produtos pela Internet, e, através de suas controladas, na administração de cartões de crédito próprio (modalidade de "Private Label" e "Co-branding" - Marisa Itaucardi) e na área de Logística. A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades: **a)** Due Ma Participações Ltda. ("Due Ma") - tem por objetivo principal a prestação de serviços de manutenção, arrumação e descarga de mercadorias de qualquer natureza, a administração geral em centros de distribuição de mercadorias e o encabimento e a logística de cabides; **b)** MAX Participações Ltda. ("MAX") - opera como "holding", investindo na seguinte sociedade: **•** SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX") - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas; **c)** Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (Club), sucessora da Marisa S.A. - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social de outras sociedades; **d)** Primos Participações Ltda. ("Primos") - tem por objetivo principal a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras; **e)** TCM Participações Ltda. ("TCM") - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de cartões de cobrança do Cartão Marisa; **f)** TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. ("TEF") - tem por objetivo principal a impressão e a reforma das faturas do Cartão Marisa; **g)** Siar Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Siar") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades; **h)** Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Albatroz") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades; **i)** Fashion Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Fashion") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades; **j)** Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. ("Registrada") - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de "royalties", a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos, bem como o comércio varejista de artigos do vestuário; **k)** Súdico Comércio Varejista do Vestuário Ltda. ("Súdico") - atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação e exportação de mercadorias, bem como participa como sócia ou acionista em outras sociedades; **l)** Estilo Comercio, Transportes e Serviços Ltda ("Estilo") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo prestar serviços de transporte de bens e mercadorias, prestar serviços de etiquetagem, encabimento e colocação de almas, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades; **m)** Visual Comercio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Visual") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras anuais consolidadas: As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram preparadas e elaboradas de acordo as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas de Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade; **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Marisa Lojas S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário detalhadas na nota explicativa 1, cujos exercícos são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes. As controladas são sociedades desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado, seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte: "Participações da Companhia em sociedades e resultados acumulados das empresas controladas"; "Saldo de ativos e passivos líquidos mantidos entre as empresas consolidadas"; e "Saldo de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas". **2.3. Apresentação das demonstrações financeiras anuais individuais:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório, esse conjunto de regras é denominado "BR GAAP". Os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da CVM, estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais visando ao alinhamento e à equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRSs, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, conforme mencionado no item 2.1. exceto pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras individuais da controladora. A preparação das demonstrações financeiras individuais em IFRS e as IFRSs foram efetuadas utilizando-se de técnicas estimativas. As rubricas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras individuais estão divulgadas na nota explicativa nº 4. Essas demonstrações financeiras individuais foram preparadas usando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS): **a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** O meio de moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real brasileiro. O meio de moeda funcional econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas; **b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período; **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São incluídos no balanço de caixa, depósitos bancários e depósitos em moeda de curto prazo de liquidez imediata convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização; **d) Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou emitidos; **e) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem: (i) caixa e equivalente de caixa; (ii) contas a receber; (iii) títulos e valores mobiliários; (iv) outros créditos; e (v) instrumentos financeiros derivativos. A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (1) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários e os instrumentos financeiros; (2) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação; (3) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos/vou após cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados no momento inicial da contratação sob essa classificação; (4) **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes e outros créditos; (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos a termo de moeda e de swap de juros para proteger os riscos de câmbio e de taxa de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratuais; (iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos há a intenção de liquidá-los com base líquida; **e) Ativo e líquido ou passivo simultaneamente:** (iv) **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa 34; **(v) Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados como passivos de longo prazo quando o resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem: (i) fornecedores; (ii) contas a pagar; (iii) outros passivos circulantes; (iv) empréstimos e financiamentos; e (v) instrumentos financeiros derivativos. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (1) **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação; (2) **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros; (3) **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração de resultado; **e) Contas a receber:** As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos. A controlada Club realiza operações de securitização de suas contas a receber por intermédio de sociedade de propósito específico - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios "FIDC NP Itapeva III"; **f) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda; **g) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o valor médio de amortização e abertura da loja é aproximadamente três meses, sendo que o custo de aquisição do ativo imobilizado, uma vez que o valor médio de amortização e abertura da loja é aproximadamente três meses, não é superior ao custo de aquisição do ativo imobilizado, conforme o item 5 do CPC 20 e a IAS 23 - Custos de Transação; **h) Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado conforme demonstrado na nota explicativa nº 16. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercíco e ajustados de forma prospectiva, quando necessário; **h) Intangível:** Os gastos com aquisição de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 17 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	2.711.920	2.315.713	3.180.564	2.699.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(290)	(179)	(180.194)	(144.565)
Outras receitas operacionais	30.912	(31.589)	42.088	(31.350)
	2.742.542	2.283.935	3.042.458	2.523.575
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e dos serviços	(1.333.009)	(1.068.230)	(1.385.248)	(1.267.468)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(397.909)	(282.224)	(576.025)	(425.015)
Recuperação de valores ativos	31.735	22.159	31.735	22.159
	(1.699.183)	(1.328.295)	(1.729.538)	(1.370.324)
Valor Adicionado Bruto	1.043.359	955.640	1.312.920	1.153.251
Depreciação e amortização	(109.597)	(93.965)	(115.397)	(97.546)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	933.762	861.675	1.197.523	1.055.705
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	177.019	134.752	-	-
Participação não controladores	-	-	-	(4)
Receitas financeiras	202.385	28.359	227.649	45.590
	379.404	163.111	227.649	45.586
	1.313.166	1.024.786	1.425.172	1.101.291
Valor Adicionado Total a Distribuir				
Passal e encargos	277.399	215.189	311.973	239.665
Remuneração direta	223.805	178.997	252.374	199.272
Benefícios	36.619	24.158	41.582	27.675
FGTS	16.975	12.034	18.017	12.718
Impostos, taxas e contribuições	475.795	441.819	549.601	492.986
Federais	286.186	274.589	359.739	322.720
Estaduais	189.528	167.221	191.165	167.763
Municipais	81	9	2.697	2.503
Juros e aluguéis	382.479	159.107	386.105	135.965
Juros	217.978	79.682	217.966	79.686
Aluguéis	164.501	129.425	168.109	130.279
Remuneração de capitais próprios	177.493	208.671	177.493	208.675
Dividendos	31.576	34.946	31.576	34.946
Juros sobre o capital próprio	12.346	42.248	12.346	42.248
Juros retidos	133.571	131.477	133.571	131.481
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	-
	1.313.166	1.024.786	1.425.172	1.101.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valor Adicionado Total a Distribuir

Distribuição do Valor Adicionado

Passal e encargos

Remuneração direta

Benefícios

FGTS

Impostos, taxas e contribuições

Federais

Estaduais

Municipais

Juros e aluguéis

Juros

Aluguéis

Remuneração de capitais próprios

Dividendos

Juros sobre o capital próprio

Juros retidos

Participação dos não controladores nos lucros retidos

Valor Adicionado Total Distribuído

Passal e encargos

Remuneração direta

Benefícios

FGTS

Impostos, taxas e contribuições

Federais

Estaduais

Municipais

Juros e aluguéis

Juros

Aluguéis

Remuneração de capitais próprios

Dividendos

Juros sobre o capital próprio

Juros retidos

Participação dos não controladores nos lucros retidos

Valor Adicionado Total Distribuído

Passal e encargos

Remuneração direta

Benefícios

FGTS

Impostos, taxas e contribuições

Federais

Estaduais

Municipais

Juros e aluguéis

Juros

Aluguéis

Remuneração de capitais próprios

Dividendos

Juros sobre o capital próprio

Juros retidos

Participação dos não controladores nos lucros retidos

Valor Adicionado Total Distribuído

Passal e encargos

Remuneração direta

Benefícios

FGTS

Impostos, taxas e contribuições

Federais



De mulher para mulher

marisa

MARISA LOJAS S.A.

CNPJ nº 61.189.288/0001-89



De mulher para mulher

marisa

marisa.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:		
A vencer:		
Acima de 210 dias	28.607	29.865
De 181 a 210 dias	15.255	16.183
De 151 a 180 dias	17.722	18.502
De 121 a 150 dias	31.784	33.297
De 91 a 120 dias	43.152	43.194
De 61 a 90 dias	59.324	60.923
De 31 a 60 dias	60.765	60.156
Até 30 dias	105.147	105.784
	361.756	367.310
Vencidas:		
Até 30 dias	60.108	64.009
De 31 a 60 dias	17.810	19.610
De 61 a 90 dias	20.232	20.554
De 91 a 120 dias	21.382	21.392
De 121 a 150 dias	11.589	11.803
De 151 a 180 dias	16.014	16.421
	153.909	134.592
	515.665	501.902
Administradoras de cartões de crédito - terceiros (a)	119.673	92.911
Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard (a)	41.894	41.894
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco (b)	8.797	12.960
Operações de crédito pessoal - SAX (c)	54.192	25.046
FIDC-NP Itapeva III (e)	5.850	-
Outras contas a receber	250	262
Ajuste a valor presente	(5.687)	(5.016)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(61.501)	(35.421)
	682.365	634.538

(a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2011 o percentual de recebimento em 30 dias é de 62% (60% em 31 de dezembro de 2010).
 (b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branded"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.
 (c) O montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	31/12/2011	31/12/2010
A vencer:		
Acima de 180 dias	5.770	3.077
De 91 a 180 dias	10.260	5.357
De 61 a 90 dias	5.556	2.704
De 31 a 60 dias	6.880	3.462
Até 30 dias	8.212	3.974
	36.679	18.574
Vencidas:		
Até 30 dias	3.333	1.501
De 31 a 60 dias	2.191	920
De 61 a 90 dias	1.992	776
De 91 a 120 dias	1.893	675
De 121 a 150 dias	1.693	583
De 151 a 180 dias	1.548	519
De 181 a 240 dias	2.583	830
De 241 a 300 dias	1.638	492
De 301 a 360 dias	17.514	6.472
	54.192	25.046

	31/12/2011	31/12/2010
Vencidas:		
Até 30 dias	3.333	1.501
De 31 a 60 dias	2.191	920
De 61 a 90 dias	1.992	776
De 91 a 120 dias	1.893	675
De 121 a 150 dias	1.693	583
De 151 a 180 dias	1.548	519
De 181 a 240 dias	2.583	830
De 241 a 300 dias	1.638	492
De 301 a 360 dias	17.514	6.472
	54.192	25.046

(d) A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(198)	(27.750)
Créditos provisionados no período	(179)	(144.565)
Créditos baixados definitivamente	282	136.894
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(95)	(35.421)
Créditos provisionados no período	(152)	(202.266)
Créditos baixados definitivamente	103	176.186
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(144)	(61.501)

(e) A totalidade da carteira transferida para Itapeva III FIDC-NP refere-se a direitos creditórios não performados no montante total de R\$130.024 que encontravam-se integralmente baixados nas demonstrações financeiras consolidadas.

10. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados - FIDC-NP ITAPEVA III MULTIMERCADO
 Em 28 de dezembro de 2011 foram iniciadas as operações do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Itapeva III Multimercado ("FIDC-NP Itapeva III")**, cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído, sendo sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CAM nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados por títulos ou contratos representativos de operações relacionadas à aquisição de bens ou serviços pelos clientes das empresas do Grupo Marisa. O FIDC-NP Itapeva III tem prazo de duração indeterminada.

A estrutura de patrimônio do FIDC-NP Itapeva III, em 31 de dezembro de 2011, é constituída por 5,85 quotas subordinadas de titularidade da Controladora Club, no valor de R\$1.000 cada totalizando o montante de R\$5.850. O regulamento do FIDC-NP Itapeva III define que 50% do patrimônio líquido do fundo deverá estar representado por direitos creditórios. O balanço patrimonial do fundo está assim demonstrado:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Contas a receber		5.850
Passivo		5.850
Patrimônio líquido		5.850
O FIDC-NP Itapeva III foi consolidado conforme detalhado na nota explicativa nº 6.		
11. Estoques		
	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	261.794	213.326
Importação em andamento	24.004	16.956
Estoque de material de consumo e embalagem	6.251	6.692
Ajuste a valor presente	(2.868)	(1.743)
Provisões para perdas dos estoques (*)	(7.851)	(9.215)
	281.230	232.016
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	261.794	213.326
Importação em andamento	24.004	16.956
Estoque de material de consumo e embalagem	6.412	6.692
Ajuste a valor presente	(2.868)	(1.743)
Provisões para perdas dos estoques (*)	(7.851)	(9.215)
	281.391	232.016

(*) O valor das provisões para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(4.007)
Provisão registrada	(48.551)
Baixa de provisão por utilização	49.343
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.215)
Provisão registrada	(84.967)
Baixa de provisão por utilização	80.231
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.935)

12. Tributos a Recuperar

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	60.381	66.382
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.459	7.316
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.215	2.749
Imposto de renda sobre aplicação financeira	10.892	1.681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72	73
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	346
Programa de Integração Social - PIS	-	66
Outros	512	66
	109.131	79.213
Ativo circulante	74.489	37.208
Ativo não circulante	34.642	42.005
	109.131	79.213
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	61.165	66.382
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.009	8.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	6.071	3.436
Imposto de renda sobre aplicação financeira	9.610	4.496
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.257	1.643
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.562	1.270
Programa de Integração Social - PIS	336	265
Outros	523	63
	115.533	86.348
Ativo circulante	60.891	34.343
Ativo não circulante	34.642	42.005
	115.533	86.348

(*) Parte do saldo da rubrica "Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar" (R\$ 53.278 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 53.910 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a créditos de ICMS nas operações de compras de mercadorias de fornecedores do Estado de Santa Catarina. A Companhia estima que este saldo será totalmente recuperado até o ano de 2013, de acordo com o quadro abaixo:

Ano:	30.407
2012	22.871
2013	53.278

13. Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	7.582	-
Base negativa de CSLL	2.729	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	10.768	13.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	32
Provisão para perdas nos estoques	2.703	1.093
Provisão para (ganhos) perdas de "swap"	(5.064)	-
Provisão de aluguéis	4.582	-
Bônus a empregados	1.787	2.720
Ajuste a valor presente	98	3.047
Despesas com utilidades públicas	340	-
Reserva de opção de compra de ações	612	219
Juros sobre debêntures	653	-
Comissão de cartões	890	741
Outros	2.752	23.678
	30.383	29.873
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	8.418	-
Base negativa de CSLL	3.030	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	16.274	19.494
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.843	11.068
Provisão para perdas nos estoques	2.703	1.093
Provisão para (ganhos) perdas de "swap"	(5.330)	-
Recenta diferida - parceria Itaú Unibanco	28.220	29.300
Provisão de aluguéis	4.582	-
"Profit Sharing" Associação Itaú Unibanco	-	(1.559)
Ajuste a valor presente	1.860	1.001
Bônus a empregados	98	3.047
Despesas com utilidades públicas	340	-
Reserva de opção de compra de ações	612	219
Juros sobre debêntures	653	-
Comissão de cartões	890	741
Outros	3.335	304
	83.328	72.977

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito total dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social de Marisa Lojas e de sua controlada, Club, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros. No período corrente a Club compensou, na proporção de 30% do lucro tributável, os montantes de R\$ 22.789 de base negativa de contribuição social e R\$ 22.789 de prejuízo fiscal.
 Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros das controladas, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo ativo líquido consolidados de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ano:		
2011	7.046	7.046
2012	5.544	5.544
2013	3.588	3.588
2014	3.588	3.588
	30.383	23.678

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ano:		
2011	-	16.233
2012	48.360	13.588
2013	9.494	13.588
2014	9.494	13.588
2015	4.080	4.080
2016 a 2018	11.900	11.900
	83.328	72.977

O montante de R\$ 28.220, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 32.300 em 2010), referente a receitas diferidas a apropriar, decorrentes do contrato de associação firmado entre as controladas Marisa Lojas e Credit-21 (incorporada pela Club) com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., será realizado até o exercício de 2018.
 As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, à seleção de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de vendas e às alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.
 Estima-se o saldo referente aos tributos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, exceto pela recenta diferida mencionada, será realizado até o exercício de 2014; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os anos em que essas diferenças temporárias serão realizadas, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais que independem da Companhia e de suas controladas, tampouco pode ser previsto quando haverá a decisão em última instância.

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	164.920	226.511
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(56.073)	(77.014)
		(90.335)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
i) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	60.278	45.816
Juros sobre capital próprio	4.197	14.364
Partida com investimento em controlada	-	(370)
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	(1.160)
Outras adições permanentes	(1.697)	(1.238)
Lucro real	-	(1.885)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	(1.885)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	(15.273)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	(15.273)
ii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foram registrados os impostos diferidos em virtude de haver, no período, firmes evidências sobre a sua realização		
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (*)	-	232
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (*)	-	8.889
iii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias referente à reversão de provisões	5.868	5.868
	12.573	(17.840)
		(47.434)
		(57.017)

Imposto de renda e contribuição social, efetivos:

Correntes	5.868	(21.914)	(57.796)	(52.902)
Diferidos	6.705	4.074	10.362	(4.115)
	12.573	(17.840)	(47.434)	(57.017)

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do IRPJ e da CSLL dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos a revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal da empresa Club S.A., conforme nota explicativa nº 6.

14. Partes Relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

14.1 - Saldos e transações

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante:		
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (g)	1.915	3.451
	1.915	3.451

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:		

continuação...



De mulher para mulher
marisa

MARISA LOJAS S.A.
CNPJ nº 61.189.288/0001-89



De mulher para mulher
marisa
marisa.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Taxa de exercício - %	
	31/12/2011	31/12/2010
JULP	6,00	6,00
CDI	11,60	9,75

(*) Na mesma data da captação desses recursos as controladas Marisa Lojas e Club contraram operações de "swap" com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI. As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	44.793
2013	23.393	19.629
2014	5.722	2.958
2015	993	507
Após 2016	650.915	-
	681.023	67.887

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), conforme consta nos contratos de empréstimos e financiamentos com bancos (ver detalhes dos "covenants" a seguir). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as cláusulas restritivas encontram-se adimplentes.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Devem ser fornecidas informações periódicas, tais como: (a) demonstrações financeiras anuais auditadas; (b) manutenção do quadro de funcionários; e (c) alvará de funcionamento das lojas.

Banco Credit Suisse S.A. ("Trustee")
A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), na operação mantida com o Credit Suisse Trustee - CCB, e em 1º de agosto liquidou a última parcela no montante de R\$ 7.254.

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2011		31/12/2010	
		Valor	%	Valor	%
Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.	Fianças bancárias	109.814	100,00	166.501	100,00

No exercício de 2011 a Companhia captou o montante de R\$ 650.320 originários da emissão de debêntures simples, sendo a 1ª emissão em 21 de junho de 2011 no montante de R\$ 300.000 e a 2ª emissão em 20 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 350.320, ambas não convertíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, aprovada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de junho e 9 de dezembro de 2011, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Principal	650.320	-
Custos de transação a apropriar	(3.819)	-
Juros a pagar	1.322	-
	647.823	-
Passivo circulante	1.284	-
Passivo não circulante	647.139	-
	648.423	-

Características:

- 1ª emissão: 21/06/2011, Restrita, 300, 111,95% do CDI
- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2018;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: no vencimento em 21 de junho de 2018;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,95% (taxa efetiva 113,45% das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 21 de dezembro de 2011.

- 2ª emissão: 20/12/2011, Restrita, 350, 111,20% do CDI
- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2016;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: em duas parcelas anuais, sendo a primeira em 20 de dezembro de 2015 e a segunda em 20 de dezembro de 2016;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,20% (taxa efetiva 112,90% das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2012.

Em relação às cláusulas de "covenants" financeiros o contrato exige da Companhia, a não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se EBITDA como o lucro operacional antes dos juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de "covenants". Os custos de transação relacionados com emissão das debêntures totalizam R\$ 4.014, sendo apropriados no resultado pelo prazo de vencimento das debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.819 e será amortizado conforme abaixo demonstrado:

Ano	Data de emissão	Títulos em circulação	Encargos Financeiros
2012	-	682	-
2013	-	682	-
2014	-	682	-
2015	-	682	-
2016 a 2018	-	1.091	-
		3.819	-

20. Salários, Provisões e Contribuições Sociais

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Férias	22.736	19.043
Salários a pagar	6.184	5.885
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.649	1.450
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	5.111	4.534
Participação nos lucros	2.257	1.856
Outros	37.937	40.767
	74.974	73.571

21. Tributos a Recolher

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	62.200	61.080
IRPJ	-	26.016
CSLL	243	7.887
COFINS	18.192	25.946
PIS	4.365	5.633
Outros	2.351	2.131
	87.371	128.693

22. Receita Diferida

Em conexão com a criação do cartão de crédito Itaú/Marisa ("co-branded") ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120 milhões da exclusividade de uso da base de dados de clientes da Companhia. O reconhecimento da receita diferida é apropriado ao resultado pela fujção de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da receita diferida é de R\$83.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$71.000 no passivo não circulante (R\$95.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$83.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010). A Companhia e o Itaú Unibanco dividirão, ainda, na proporção de 50% para cada um, os resultados decorrentes da referida oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconhece o montante de R\$38.358 (R\$9.314 em 31 de dezembro de 2010) referente a sua participação no resultado da transação, restando a voltar a receber de R\$9.333 registrados pela Companhia na rubrica "Outros créditos".

23. Provisão para Litígios e Demandas Judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações
Tributárias:				
FGTS (a)	6.657	837	-	444
Livro de Apropriação do Lucro Real - LALUR	1.671	-	(1.671)	-
PIS e COFINS sobre fretes (e)	7.607	2.376	(8.200)	593
ICMS	291	2.376	(1.127)	1.540
FAP/RAT	1.953	398	(4.719)	-
Outros riscos tributários	4.719	106	(4.719)	106
Trabalhistas (c)	22.898	3.717	(15.717)	1.037
Cíveis (d)	15.343	9.869	(7.293)	17.919
	1.856	1.674	(1.559)	1.971
	18.846	15.260	(24.569)	1.037
	40.097	-	-	31.825

	Consolidado			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações
Tributárias:				
FGTS (a)	6.657	837	-	444
Livro de Apropriação do Lucro Real - LALUR	1.671	-	(1.671)	-
CSLL (b)	3.632	1.328	-	386
PIS e COFINS sobre fretes (e)	7.607	2.376	(8.200)	593
ICMS	291	2.376	(1.128)	1.536
FAP/RAT	2.100	412	-	2.512
Outros riscos tributários	4.719	106	(4.719)	106
Trabalhistas (c)	26.677	5.059	(15.718)	1.423
Cíveis (d)	15.602	9.988	(7.329)	18.261
	18.846	11.297	(13.475)	980
	61.125	26.344	(38.522)	2.403

(a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do ICMS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das alíquotas cobradas.

(b) A propositura da ação judicial discute o aumento da base de cálculo da CSLL, quando calculada com base no lucro presumido. O questionamento dispõe sobre os valores apurados da diferença da base de cálculo, majorando de 12% para 32%. As controladas Due Milite, TCM, TEF e Primos depositam mensalmente os valores. As ações tramitam na 17ª Vara da Justiça Federal e não há entendimento pacífico acerca da matéria; diante do exposto, a chance de perda é provável devido à tese desenvolvida.

(c) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, são partes em 1.025 (788 em 2010) reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.

(d) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, são partes em 6.807 (7.721 em 2010) ações e procedimentos movidos, no âmbito da justiça cível, tendo em vista ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. A Companhia não possui uma expectativa de quando esses processos serão encerrados. O aumento nos processos classificados como causa possível deve-se, principalmente, a um auto de infração ocorrido em dezembro de 2011 e ratificado em janeiro de 2012.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e

processos cíveis e efetuou depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$ 36.669, sendo R\$ 30.814 da Marisa Lojas (R\$ 29.817 em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$ 27.995 da Marisa Lojas), os quais estão integralmente registrados no ativo não circulante.

24. Parcelamento de Tributos

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Parcelamento efetuado em maio de 2003	882	1.416
Parcelamento efetuado em setembro de 2006	-	2.545
Pedido de parcelamento efetuado em novembro de 2009 (REFIS)	34.693	45.392
	35.575	49.893
Passivo circulante	13.204	8.254
Passivo não circulante	22.371	41.639
	35.575	49.893

Os detalhes desses parcelamentos são como segue:

- Em 30 de maio de 2003, foi emitida a Lei nº 10.684, que tratava, entre outros assuntos, do Parcelamento Especial - PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O referido parcelamento apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	1.416	1.906
Correção - TJLP	44	66
Amortização	(578)	(556)
Saldo no fim do exercício	882	1.416
Passivo circulante	588	650
Passivo não circulante	294	766
	882	1.416

Em 1º de setembro de 2006, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração relativo ao IRRPJ, por suposta compensação indevida de prejuízos fiscais apurados nos períodos-base 1997 a 1999, bem como constituição de crédito tributário por suposta ausência de adição aos lucros líquidos dos exercícios e do período anteriormente mencionados na determinação do lucro real, dos lucros auferidos no exterior, por controlada, e disponibilizados no Brasil. O referido parcelamento apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	2.545	5.551
Correção - TJLP	81	280
Amortização	(2.626)	(3.286)
Passivo circulante	22.077	25.545
Passivo não circulante	48.026	48.026

Em 30 de novembro de 2008, a Companhia e suas controladas indiretas Credi-21, TEF e Due Milite aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, após a homologação pela referida Secretaria, a qual está analisando o referido parcelamento, e podem ser resumidos como segue:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período/exercício	45.332	43.703
Correção - TJLP	2.686	2.229
Amortização	(13.925)	-
Saldo no fim do período/exercício	34.693	45.932
Passivo circulante	12.616	5.143
Passivo não circulante	22.077	40.789
	34.693	45.932

Com base na referida Lei, a opção exercida pela Companhia e por suas controladas propiciou um desconto de 60% sobre a multa e 25% sobre os juros, no montante de R\$ 5.696, registrados nas rubricas "reversão de provisão para litígios e demandas judiciais" no trimestre final em 30 de junho de 2011 após consolidação dos débitos pela Receita Federal do Brasil ocorrida no mesmo período.

O pagamento das parcelas na data do vencimento é condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados. Os parcelamentos do passivo não circulante vencem como segue:

Ano	Data de emissão	Títulos em circulação	Encargos Financeiros
2012	-	3.480	-
2013	-	3.197	-
2014	-	2.914	-
2015	-	32.048	-
Acima de 2015	-	41.639	-
		83.368	-

25. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 651.106, estava representado por 184.551.230 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle	493.550	138.475.829	75,03
Mercado	162.556	46.075.401	24,97
	651.106	184.551.230	100,00

Em 5 de março de 2010, o capital social foi aumentado em R\$ 464 em decorrência do exercício de opção de ações previsto no Plano de Outorga de Opção de Compra e Subscrição de Ações.

b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição. O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar a opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus membros da Administração e aos empregados em posição de comando, bem como aos prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

c) Reserva de retenção de lucros
Em 31 de dezembro de 2011, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$ 124.697 (R\$ 142.955 em 2010). A retenção referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

d) Reserva legal
Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 8.875 (R\$ 10.434 em 31 de dezembro de 2010), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Política de distribuição de dividendos
Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acionista das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente descontadas das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido extra, a Administração poderá proratar, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	31/12/2011		31/12/2010	
Lucro líquido do exercício	177.493	208.671	177.493	208.671
Constituição da reserva legal (5%) (i)	(8.875)	(10.434)	(8.875)	(10.434)
Base de cálculo dos dividendos	168.618	198.237	168.618	198.237
Dividendos propostos (ii)	31.576	13.034	31.576	13.034
Juros sobre o capital próprio (iii)	12.346	42.247	12.346	42.247
IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio	(11.767)	(57.722)	(11.767)	(57.722)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	42.155	49.559	42.155	49.559
Percentual dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

continuação...



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

34. Instrumentos Financeiros

a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Conforme com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures.....	984.472	577.849
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	647.344	545.709
Dívida líquida.....	337.128	32.140
Total do patrimônio líquido.....	837.765	823.045
Total do capital total.....	1.194.893	855.185
Índice de dívida líquida.....	28%	4%

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2011	31/12/2010

Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários.....	5.824	23.621
Caixa e equivalentes de caixa.....	438.061	307.354
Contas a receber de clientes.....	320.272	311.587
	<u>764.157</u>	<u>642.562</u>

Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores a pagar.....	170.387	203.085
Empréstimos e financiamentos.....	271.058	529.748
Debêntures.....	648.423	-
	<u>1.089.868</u>	<u>732.833</u>

	Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2011	31/12/2010

Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários.....	6.050	24.021
Caixa e equivalentes de caixa.....	641.294	521.688
Contas a receber de clientes.....	682.365	634.538
	<u>1.329.709</u>	<u>1.180.247</u>

Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores a pagar.....	178.443	207.868
Empréstimos e financiamentos.....	338.049	577.849
Debêntures.....	648.423	-
	<u>1.162.915</u>	<u>785.717</u>

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devido registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do crédito). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa 9. A Companhia registrou provisão para recebíveis de liquidação duvidosa, no montante de R\$61.501 (R\$35.421 em 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam as controladas à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, principalmente em relação às transações realizadas com a controlada Club. O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. As transações com a Club representam 81% em 31 de dezembro de 2011 (84% em 31 de dezembro de 2010) do total das transações de vendas com cartão de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas 7 e 8.

e) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o qual está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, através de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

f) Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e “funding” e risco de contraparte. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é exercida pela Presidência e por todas as diretorias e monitorada pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

g) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros com o Banco Bradesco e Banco Safra, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros, portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos contratos em aberto é como segue:

A DIRETORIA	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Antonio Carlos Santarosa Júnior Gerente Geral Contábil/Jurídico	CONTADORA
			Glessiane Fabiana Rossa - CRC 1SP281553/0-4 - CPF 978.182.241-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Marisa Lojas S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

	31/12/2011					
	Valor de referência (nacional)	Banco Indexador	Juros	Companhia Indexador	Juros %	Ajuste Líquido
Janeiro de 2012.....	169.570	US\$	2,04% a.a.	CDI	100,3%	187.844
Fevereiro de 2012.....	30.681	US\$	3,90% a.a.	CDI	100% + 1,32 a.a.	31.632
	<u>199.251</u>					<u>219.476</u>

	31/12/2010					
	Valor de referência (nacional)	Banco Indexador	Juros	Companhia Indexador	Juros %	Ajuste Líquido
Janeiro de 2011.....	29.284	US\$	3,9% a.a.	CDI	100% + 1,32 a.a.	33.160
Março de 2011.....	100.000	US\$	1,47% a.a.	CDI	100,85%	102.955
Junho de 2011.....	95.838	US\$	1,56% a.a.	CDI	103,60%	98.340
Agosto de 2011.....	170.520	US\$	1,62% a.a.	CDI	100,00%	171.894
	<u>395.642</u>					<u>406.349</u>

O montante envolvido em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” em contrapartida a conta de “Receitas e despesas financeiras”. Considerando o exposto anteriormente, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.
h) Taxa de juros
As controladas da Companhia estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.
A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI.....
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI.....

Operação
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI.....
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI.....
(i) Juros calculados com base na variação média atual do CDI.
(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.
(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras - DOF mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	31/12/2011				
	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI.....	612.543	Alta do CDI	64.864	81.080	97.296
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI.....	900.245	Alta do CDI	(105.600)	(132.000)	(158.401)
	<u>Montante</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável (i)</u>	<u>Possível (ii)</u>	<u>Remoto (iii)</u>
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI.....	505.022	Alta do CDI	59.737	74.671	89.605
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI.....	(427.649)	Alta do CDI	(51.635)	(64.544)	(77.453)

	31/12/2011				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores.....	178.443	-	-	-	178.443
Financiamentos bancários.....	302.095	23.665	356.296	307.973	990.019
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro.....	3.044	1.581	636	-	5.261
	<u>483.582</u>	<u>25.246</u>	<u>356.922</u>	<u>307.973</u>	<u>1.173.723</u>

	31/12/2010				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores.....	203.085	-	-	-	203.085
Financiamentos bancários.....	502.386	45.022	19.349	169	566.926
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro.....	2.170	230	-	-	2.400
	<u>707.641</u>	<u>45.252</u>	<u>19.349</u>	<u>169</u>	<u>772.411</u>

j) Mensuração e hierarquia do valor justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado. Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estebelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

- Nível 1. Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2. Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
- Nível 3. Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

	Instrumentos Derivativos - contratos de swaps de juros			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Outras fontes significativas observáveis (Nível 2)	Insumos não observáveis significativos (Nível 3)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	3.703	-	3.703	(Nível 3)
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	(15.861)	-	(15.861)	(Nível 3)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.
38. Arrendamento Operacional - Locação de Lojas
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 2,92% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja, ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de alugueis pagos para empresas ligadas é de R\$ 2.498 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,23% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja, ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de alugueis pagos para terceiros é de R\$ 9.004 (R\$ 6.457 em 31 de dezembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação. No período findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de alugueis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$ 129.639 (R\$ 130.334 em 31 de dezembro de 2010). O saldo da rubrica “Alugueis a pagar” é de R\$ 12.660 (R\$ 11.162 em 31 de dezembro de 2010).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011, totalizam um montante mínimo de R\$ 956.170, assim distribuído:

	Exercício	Valor
2012.....		140.616
2013.....		140.072
2014.....		133.422
2015.....		122.511
2016 a 2028.....		429.549
		<u>966.170</u>

36. Informações por Segmento de Negócio

O pronunciamento técnico CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo - Atividade de Varejo, com foco em consumidores da classe C.
- Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
- Operações crédito pessoal - por meio da SAX, oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

a) Demonstração consolidada do resultado, ativos e passivos consolidados por segmento:

	31/12/2011		
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal
Receita líquida de clientes externos.....	1.990.263	412.476	47.576
Custos e devoluções do segmento.....	(958.259)	(277.474)	(17.057)
Lucro bruto.....	1.032.004	135.002	30.519
Despesas com vendas.....	(689.931)	-	(689.931)
Despesas gerais e administrativas.....	(128.021)	(8.676)	(6.992)
Depreciação e amortização.....	(111.984)	(3.166)	(247)
Receitas financeiras.....	202.479	25.170	-
Despesas financeiras.....	(271.432)	(8.291)	(216)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	37.354	(4.827)	(3.758)
	<u>70.408</u>	<u>135.212</u>	<u>19.306</u>

	31/12/2010		
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal
Receita líquida de clientes externos.....	1.702.762	353.168	19.752
Custos e devoluções do segmento.....	(807.220)	(224.788)	(6.983)
Lucro bruto.....	895.042	128.380	12.769
Despesas com vendas.....	(535.322)	-	(535.322)
Despesas gerais e administrativas.....	(111.471)	(4.784)	(4.707)
Depreciação e amortização.....	(95.329)	(1.990)	(227)
Receitas financeiras.....	28.788	16.802	-
Despesas financeiras.....	(60.720)	(5.063)	(68)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	7.712	(4.123)	3
	<u>128.700</u>	<u>129.222</u>	<u>7.770</u>

Caixa e equivalentes de caixa.....	449.974	185.518	5.802
Contas a receber de clientes.....	159.463	484.998	37.904
Estoques.....	281.391	-	-
Imobilizado e intangível.....	557.721	5.159	643
Outros.....	186.170	74.744	3.112
	<u>1.634.719</u>	<u>750.419</u>	<u>47.461</u>

Caixa e equivalentes de caixa.....	308.258	213.060	513
Contas a receber de clientes.....	130.085	484.982	19.471
Estoques.....	232.016	-	-
Imobilizado e intangível.....	425.932	5.763	777
Outros.....	164.954	74.184	1.297
	<u>1.261.245</u>	<u>777.989</u>	<u>22.058</u>

	31/12/2011				
	Varejo				